

Office Total S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Office Total S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Office Total S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Office Total S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Reconhecimento da receita

Veja a Nota 3 (q) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidada

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o valor de R\$ 173.355 na receita operacional líquida, decorrente da prestação de serviços.</p> <p>A receita de serviço é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do serviço prometidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da prestação de serviço.</p> <p>O reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, é assunto de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função disso, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria incluiu, dentre outros:</p> <p>Teste de desenho e implementação dos controles relevantes no processo de reconhecimento da receita, os quais incluem controles relevantes sobre o momento adequado para o reconhecimento da receita.</p> <p>Conciliamos 100% dos registros das receitas reconhecidas no ano com a base de dados de notas fiscais de prestação de serviço emitidas.</p> <p>Selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos o respectivo documento fiscal, bem como a documentação que comprove a liquidação financeira. Adicionalmente, verificamos se a receita foi reconhecida na competência adequada.</p> <p>Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos reconhecidos contabilmente, e as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes

CRC SP -014428/O-6 F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira

Contador CRC RJ-0807095/O-7

Office Total S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.058	51.395	15.196	62.450	Fornecedores	13	6.873	8.573	9.335	12.304
Contas a receber de clientes	5	20.225	18.477	29.318	28.741	Empréstimos e financiamentos	14	25.992	12.814	25.992	14.091
Estoques	6	6.681	16.146	8.642	19.720	Arrendamento a pagar	15	8.854	3.964	9.146	3.964
IR e CS a recuperar	7.1	2.366	1.005	3.204	1.376	Obrigações trabalhistas	16	4.712	6.609	6.119	8.298
Outros impostos a recuperar	7.2	5.454	7.006	5.905	7.979	Imposto de renda e contribuição social a pagar	17.1	-	-	1.321	746
Outros valores a receber	8	3.565	4.288	4.065	5.126	Outros impostos a pagar	17.2	1.973	1.763	2.857	2.194
		47.349	98.317	66.331	125.392	Contas a pagar por aquisição	21	-	14.585	228	20.296
						Outras contas a pagar	18	20	632	210	652
								48.425	48.940	55.208	62.545
Não circulante						Não circulante					
Operações com partes relacionadas	9	2.264	10.338	-	5.308	Empréstimos e financiamentos	14	97.515	120.463	97.515	120.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	268	681	566	1.219	Arrendamento a pagar	15	-	603	-	603
Outros ativos	8	1.279	1.279	1.297	1.297	Operações com partes relacionadas	9	19.877	223	223	223
Investimentos	10	79.609	53.692	-	-	Contas a pagar por aquisição	21	27.587	24.304	27.587	24.304
Imobilizado	11	71.753	62.891	107.123	94.092	Outros impostos a pagar	17.2	1.176	2.422	1.396	2.849
Direitos de uso	15	8.725	4.407	9.017	4.407	Provisão para contingências	19	-	1.222	15	1.222
Intangível	12	47.247	42.919	71.707	64.891			146.154	149.237	126.736	149.664
		211.145	176.207	189.711	171.214	Patrimônio líquido	22				
						Capital social		69.203	69.203	69.203	69.203
						Reserva de capital		-	5.259	-	5.259
						Reserva de lucros		-	2.113	-	2.113
						Ajuste de avaliação patrimonial		(228)	(228)	(228)	(228)
						Prejuízos acumulados		(5.060)	-	(5.060)	-
								63.915	76.347	63.916	76.347
								63.915	76.347	74.098	84.397
Total do ativo		258.494	274.524	256.042	296.606	Total do passivo e do patrimônio líquido		258.494	274.524	256.042	296.606

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Office Total S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional, líquida	23	108.306	111.604	175.355	172.841
Custos dos serviços prestados	24	(66.802)	(54.911)	(73.853)	(66.110)
Lucro bruto		<u>41.504</u>	<u>56.693</u>	<u>101.501</u>	<u>106.731</u>
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(36.548)	(35.064)	(74.514)	(56.450)
Resultado de equivalência patrimonial	10.b	14.440	18.714	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	(7.021)	450	(9.146)	432
Lucro antes do resultado financeiro		<u>12.375</u>	<u>40.793</u>	<u>17.842</u>	<u>50.713</u>
Resultado financeiro líquido	27	(21.029)	(13.433)	(20.467)	(14.712)
Participação nos lucros e resultados	16	(3.367)	(3.860)	(3.716)	(4.426)
Prejuízo / Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(12.020)</u>	<u>23.500</u>	<u>(6.340)</u>	<u>31.575</u>
Imposto de renda e contribuição social	28				
Corrente		-	-	(1.831)	(3.157)
Diferido		(413)	(844)	(652)	(1.084)
Prejuízo / Lucro líquido do exercício		<u>(12.433)</u>	<u>22.656</u>	<u>(8.824)</u>	<u>27.334</u>
Participação dos controladores				(12.433)	22.656
Participação dos não controladores				3.610	4.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Office Total S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro do exercício	(12.433)	22.656	(8.824)	27.334
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial		(228)		(228)
Resultado abrangente do exercício	<u>(12.433)</u>	<u>22.428</u>	<u>(8.824)</u>	<u>27.106</u>
Participação dos controladores			(12.433)	22.428
Participação dos não controladores			3.610	4.678

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Office Total S.A

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Controladora					Participação de acionistas		Total
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros e Prejuízos acumulados	Total	não controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.227	5.259	-	-	(20.543)	51.943	510	52.454
Lucro do exercício	-	-	-	-	22.656	22.656	4.678	27.334
Destinação do resultado do exercício	-	-	2.113	-	(2.113)	-	-	-
Aumento de capital	1.976	-	-	-	-	1.976	-	1.976
Atualização Lucros acumulados Investida	-	-	-	(228)	-	(228)	-	(228)
Participação minoritários aquisição	-	-	-	-	-	-	2.862	2.862
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.203	5.259	2.113	(228)	-	76.347	8.050	84.397
	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(12.433)	(12.433)	3.610	(8.823)
Absorção de prejuízo	-	(5.259)	(2.113)	-	7.372	-	-	-
Transação com Acionista	-	-	-	-	-	-	(1.475)	(1.475)
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	69.203	-	-	(228)	(5.060)	63.915	10.184	74.098

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Office Total S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

NE	Controladora		Consolidado		
	2023	2022	2023	2022	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	(12.433)	22.656	(8.824)	27.334	
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	11, 12 e 15	28.061	21.092	43.737	39.690
Equivalência patrimonial	10	(14.440)	(18.714)	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	26	733	1.981	1.031	1.963
Provisão (reversão) para perdas estoque e títulos a receber	26	4.896	1.647	5.624	2.546
Juros e variações monetárias		17.453	10.267	17.579	11.544
Provisão para contingências	26	(1.222)	-	(1.207)	-
		<u>23.049</u>	<u>38.929</u>	<u>57.939</u>	<u>83.077</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, líquido	5, 26	(3.512)	(9.784)	(2.546)	(19.252)
Estoques	6, 26	6.333	(6.036)	7.423	(8.168)
Impostos a recuperar	7, 20	605	(6.894)	898	(7.885)
Outros valores a receber		723	(6.358)	1.064	(7.032)
Partes relacionadas		(3.403)	349	-	-
Fornecedores		(1.700)	(2.925)	2.339	(3.881)
Impostos a pagar		(1.036)	(1.347)	1.042	1.609
Obrigações trabalhistas		(1.897)	1.125	(2.178)	1.993
Outras contas a pagar		(450)	2.079	(1.996)	3.506
Caixa gerado pelas operações		<u>18.711</u>	<u>9.137</u>	<u>63.985</u>	<u>43.967</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	14	(1.098)	(3.045)	(1.098)	(3.343)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(182)	(1.257)	(2.728)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>17.613</u>	<u>5.910</u>	<u>61.631</u>	<u>37.897</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11, 12	(50.910)	(62.895)	(73.304)	(126.641)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível		11.652	8.360	11.646	8.874
(Aquisição) baixa de investimentos	10	-	(49.761)	-	-
Dividendos recebidos	10	-	16.590	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		<u>(39.258)</u>	<u>(87.706)</u>	<u>(61.658)</u>	<u>(117.767)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aumento Capital		-	1.976	-	1.976
Pagamentos e juros sobre arrendamentos		(2.921)	(1.064)	(2.921)	(1.064)
Partes relacionadas	21	8.351	20.157	(16.785)	20.961
Captação de empréstimos e financiamentos	14	15.000	121.531	15.000	121.531
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(41.123)	(26.345)	(42.522)	(27.617)
Amortização de arrendamentos		-	(1.433)	-	(1.433)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		<u>(20.693)</u>	<u>114.822</u>	<u>(47.228)</u>	<u>114.355</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(42.337)</u>	<u>33.027</u>	<u>(47.254)</u>	<u>34.483</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		51.395	18.368	62.450	27.967
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.058	51.395	15.196	62.450
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(42.337)</u>	<u>33.027</u>	<u>(47.254)</u>	<u>34.483</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

Office Total S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede na Rua Francisco de Souza Melo, 1.590 – Cordovil, RJ, CEP 21.010-900, e que tem por objeto alocação e manutenção de máquinas para escritórios, e comércio atacadista evarejista de suprimentos de escritórios e outros, que atua no mercado de *outsourcing* de impressão e soluções para gestão e controle de documentos. Com 386 colaboradores e equipe técnica própria, a Companhia possui mais de 3.000 clientes em diferentes regiões do Brasil.

PERSE

Em 17 de Março de 2022, o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei no. 14.148/21 (“Lei do PERSE”), dentre os quais o Art 4º que prevê alíquota zero para os seguintes tributos: PIS, Cofins, CSLL e IRPJ. Através da Portaria ME no.7163 de 21 de Dezembro de 2021, foram definidos os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE que seriam enquadrados no benefício. Nele está contido o de no. 7733-1/00 – Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Escritórios, sendo esse o CNAE principal da Companhia e de suas subsidiárias, sendo assim contempladas com o benefício.

O efeito que o benefício traz sobre essas demonstrações financeiras foi de R\$ 4.680 para imposto de renda e contribuição social (apenas no Consolidado).

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação societária brasileira.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 04 de junho de 2024.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da

Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real estão em milhares, exceto quando indicados de outra forma.

Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 e IAS 34, abrangendo as informações das investidas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Controlada	Direta	Direta
SCM Participações	80%	80%
Bird Solution	80%	80%

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com os da controladora as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizada nas empresas consolidadas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. Seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de crédito.

Baseado no CPC 48 (Instrumentos Financeiros), a Administração da Companhia efetua análise individual de sua carteira de recebíveis para determinar os valores de provisão de crédito esperada. A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes e outros créditos, levando em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados.

c. Partes relacionadas

Incluem as transações realizadas entre a controladora e suas controladas diretas ou indiretas, bem como com aquelas nas quais a controladora mantém investimentos relevantes, em condições similares àquelas praticadas com partes independentes.

d. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda e ajustados de eventuais perdas, quando aplicável.

e. Outros ativos circulantes e não circulantes

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f. Investimentos

Incluem os investimentos permanentes e relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para impairment.

O ágio resultante da aquisição de investimento, posteriormente incorporado, é demonstrado no

investimento e refere-se ao montante apurado em conformidade com as práticas contábeis aceitas.

g. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, sendo o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

h. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A Companhia possui registrados os contratos vigentes na data da aquisição ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i. Instrumentos financeiros Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e partes relacionadas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Como os gerentes do negócio são remunerados.

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos e passivos financeiros foram classificados como mensurados a custo amortizado. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar relacionadas e mútuo com partes relacionadas. Os ativos financeiros são representados por depósitos bancários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A classificação dos ativos e passivos financeiros está apresentada na Nota Explicativa nº 29.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Não há itens classificados ao VJR em 2023 e 2022.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. Não há instrumentos de dívida ao VJORA em 2023 e 2022.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. Não há instrumentos patrimoniais ao VJORA em 2023 e 2022.

j. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, quando existam, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Tais revisões são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

k. *Arrendamentos*

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento — Nota Explicativa nº 15. A contabilidade do arrendador permanece semelhante às políticas contábeis anteriores.

Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustado por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a ser realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

l. Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece os ativos e passivos provenientes de operações de longo prazo, bem como as operações relevantes de curto prazo, caso consideradas relevantes em relação ao capital de giro e as demonstrações financeiras como um todo, ajustadas ao valor presente. O desconto a valor presente toma por base as taxas básicas de juros praticadas pela Companhia no curso de suas operações e os prazos das referidas transações.

m. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

n. Provisões e outros passivos circulantes e não circulantes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

p. Provisão para riscos trabalhistas e tributários

As provisões para ações judiciais, quando existentes, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até a data do balanço pelos montantes estimados de provável desembolso de caixa, observada sua natureza e com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

As provisões para ações judiciais classificadas como possíveis são apenas informadas no quadro de provisão de contingências.

q. Reconhecimento da receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a execução dos serviços realizados até as datas dos balanços, de acordo com as medições efetuadas, compreendendo parcelas já faturadas e outras a faturar pelos serviços prestados.

A Companhia reconhece receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Natureza da receita	Época do cumprimento das obrigações de desempenho e condições de pagamento	Reconhecimento da receita conforme CPC 47
Aluguel de impressoras e equipamentos	As receitas são apuradas de acordo com o contrato de cada cliente. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre mensalmente, mediante a emissão do faturamento. A receita é determinada com base nos preços previamente acordados em contrato e faturadas dentro de mês de competência.
Vendas de suprimentos	As receitas são apuradas de acordo com o faturamento. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da NF de venda e da entrega imediata ao cliente.
Venda de máquinas	As receitas são apuradas de acordo com o faturamento. Os valores são recebidos em até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre no momento da emissão da NF de venda e da entrega imediata ao cliente.
<i>Outsourcing</i> de computadores, equipamentos e processos	As receitas são apuradas de acordo com o contrato de cada cliente. Os valores são recebidos em média até 30 dias.	O reconhecimento da receita ocorre mensalmente, mediante a emissão do faturamento. A receita é determinada com base nos preços previamente acordado em contrato e faturadas dentro de mês de competência.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis perante as autoridades fiscais, hipótese em que são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

r. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, debêntures, credor pela concessão e provisão para manutenção.

s. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Companhia possui apenas plano de participação nos lucros ou bônus, não possuindo planos de aposentadoria ou de outros benefícios pós- demissão ou aposentadoria.

t. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão

contempladas a seguir.

a. Provisão para perdas de crédito esperada (PCE) – Nota Explicativa nº 5.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) – o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro – as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

b. Provisão para perdas nos estoques – Nota Explicativa nº 6.

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda e na validade de determinados produtos. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques.

c. Depreciação e amortização - Nota Explicativa nº 11 e 12.

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

d. Provisão para contingências – Nota Explicativa nº 19.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

e. Impostos diferidos – Nota Explicativa nº 20.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O Grupo apresenta prejuízos fiscais a compensar. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra partedo Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

ii. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos feita pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista nos atos estatutários da Companhia.

3.1 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 14, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia que estão sujeitos a covenants específicos. Embora esses passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não participa de um acordo de financiamento da cadeia de suprimentos para o qual as novas divulgações serão aplicadas. O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia:

Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IRFS 16).

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4 Caixa e equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalente de caixa	1.529	776	3.634	4.425
Aplicações financeiras	7.529	50.619	11.562	58.025
	9.058	51.395	15.196	62.450

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em fundos de investimentos de renda fixa que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de perda, com rendimentos próximos a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A redução ocorreu principalmente devido à emissão de debêntures no valor de cem milhões de reais em 2022 que aumentou o saldo de caixa do ano 2022 pela companhia, seguida pelo pagamento de R\$ 17.474 aos *sellers* em 2023 e um aumento na taxa de inadimplência em 10 p.p

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Duplicatas a receber de clientes	25.247	21.735	36.305	33.178
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(5.021)	(3.258)	(6.986)	(4.437)
	20.225	18.477	29.318	28.741

A Companhia avaliou as perdas em crédito esperadas, levando em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito das operações, o comportamento de pagamentos de seus clientes, sua taxa histórica de inadimplência e estimativas futuras de perdas.

Em 31 de dezembro de 2023, o total de provisão para perda de crédito esperada totaliza R\$ 5.021 e R\$ 6.986, controladora e consolidado, respectivamente (R\$3.258 e R\$ 4.437), controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2022).

Composição por vencimento dos valores de contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	14.570	15.773	20.731	22.879
Vencido até 30 dias	1.911	1.832	2.561	3.175
Vencido até 60 dias	804	577	1.310	1.113
Vencido até 90 dias	413	308	892	582
Vencido até 120 dias	406	188	840	366
Vencido até 180 dias	1.081	239	1.215	615
Vencido até 360 dias	2.293	389	3.688	1.221
Vencido superior a 360 dias	3.768	2.429	5.068	3.227
	25.247	21.735	36.305	33.178

A movimentação das perdas esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	(3.258)	(1.611)	(4.437)	(1.891)
Adições Líquidas	(1.763)	(1.663)	(2.549)	(2.565)
Baixas	-	16	-	19
Saldo Final	(5.021)	(3.258)	(6.986)	(4.437)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Máquinas e produtos para revenda	9.827	16.160	12.311	19.734
Provisão para perda em estoque	(3.146)	(14)	(3.669)	(14)
	<u>6.681</u>	<u>16.146</u>	<u>8.642</u>	<u>19.720</u>

A movimentação das perdas esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	(14)	(14)	(14)	(14)
Adições	(3132)	-	(3655)	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo Final	<u>(3.146)</u>	<u>(14)</u>	<u>(3.669)</u>	<u>(14)</u>

7 Impostos a recuperar

7.1 IR e CS a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRRFs Aplicação Finan a recuperar	677	251	738	265
IRPJ e CSLL a recuperar	1.689	754	2.466	1.111
	<u>2.366</u>	<u>1.005</u>	<u>3.204</u>	<u>1.376</u>

7.2 Demais impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PIS a recuperar	928	1.212	990	1.366
COFINS a recuperar	4.231	5.567	4.516	6.282
ICMS a recuperar	-	95	-	95
INSS a recuperar	295	132	399	236
	<u>5.454</u>	<u>7.006</u>	<u>5.905</u>	<u>7.979</u>
Total Impostos a recuperar	<u>7.820</u>	<u>8.011</u>	<u>9.109</u>	<u>9.355</u>

8 Outros valores a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a funcionários	135	444	146	480
Adiantamento a fornecedores	406	1.228	427	1.744
Despesas antecipadas	2.379	2.471	2.847	2.757
Operações de Swap	1.373	949	1.373	949
Outros créditos	550	475	568	493
	4.844	5.567	5.362	6.423

(*) As despesas antecipadas referem-se substancialmente a: vale transporte, vale refeição, assistência médica e seguros que serão apropriados ao resultado pela sua competência, além de gastos com determinadas comissões e gastos iniciais de implantação que são reconhecidas no resultado pelo prazo dos contratos de aluguel.

9 Operações com partes relacionadas

Referem-se aos valores a receber junto às suas controladas, Office Plotter e Bird Solutions, e valores a pagar ao sócio referentes ao contrato de mútuo celebrado, cujo vencimento ocorrerá no decorrer dos próximos exercícios.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
SCM Participações	-	81	-	81
Bird Solution	2.264	8.918	-	698
Transações com Parte relacionada PF	-	1.339	-	4.529
	2.264	10.338	-	5.308
Passivo				
SCM Participações	19.654	-	-	-
Transações com Parte relacionada PF	223	223	223	223
	19.877	223	223	223

As operações com as partes relacionadas não preveem a cobrança de juros, nem prazo específico de liquidação do pagamento.

As operações referem-se basicamente a rateio de despesas da Companhia com suas controladas, sendo: Mão de obra, despesas fixas, aluguel e determinados equipamentos.

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta de vendas		
Office Total	2.507	712
Bird	595	2.409
SCM Participações	<u>6.483</u>	<u>3.904</u>
	9.585	7.025
Custos	2023	2022
Office Total	2.507	712
Bird	595	2.409
SCM Participações	<u>6.483</u>	<u>3.904</u>
	9.585	7.025

O valor da remuneração dos administradores com base no pró-labore, em 2023, foi de R\$ 7.716 (R\$ 4.830 em 2022).

A Companhia tem provisionado o valor de R\$ 599 referente à participação nos lucros do exercício de 2023, que deverá ser liquidado durante o exercício de 2023.

10 Investimentos

a. Informações sobre os investimentos em 2023 e 2022 estavam assim apresentados

2023

	Participação Percentual	Total de ativos	Capital Social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Bird Solution	80%	18.299	5.774	12.095	103
SCM Participações	80%	56.170	12.380	53.090	17.947

2022

	Participação Percentual	Total de ativos	Capital Social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Bird Solution	80%	20.622	5.774	3.432	3.158
SCM Participações	80%	42.577	12.400	39.748	23.632

b. A movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas, em 2023 e 2022, estava assim apresentada

Investimentos	Saldo em 2022	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Transação com Acionista	Transferências	Saldo em 2023
BIRD Solution	401	82	-	11.477	-	11.960
SCM Participações	31.798	14.357	-	-	(3.114)	43.041
Ágio aq. de investim. - SCM Participações	19.559	-	-	-	3.114	22.673
Mais Valia aq. de investim. - SCM Participações	1.934	-	-	-	-	1.934
	53.692	14.440	-	11.477	-	79.608

Investimentos	Saldo em 2021	Aquisição de investimentos	Dividendos	Equivalência patrimonial	Ajuste Exercícios Anteriores	Transferências	Saldo em 2022
BIRD Solution	2.035	-	(4.160)	2.526	-	-	401
SCM Participações	-	28.268	(12.430)	16.188	(228)	-	31.798
Ágio aq. de investim. - SCM Participações	-	19.559	-	-	-	-	19.559
Mais Valia aq. de investim. - SCM Participações	-	1.934	-	-	-	-	1.934
Ágio aq. de investim. - Office Plotter	672	-	-	-	-	(672)	-
Ágio aq. de investim. - Costa Petróleo	517	-	-	-	-	(517)	-
Ágio aq. de investim. - Super Parts	4.417	-	-	-	-	(4.417)	-
Ágio aq. de investim. - Office Total	22.634	-	-	-	-	(22.634)	-
Ágio aq. de investim. - Solution	2.547	-	-	-	-	(2.547)	-
Ágio aq. de investim. - Docprovider	671	-	-	-	-	(671)	-
	33.493	49.761	(16.590)	18.714	(228)	(31.458)	53.692

Saldos transferidos para intangível de forma a melhor refletir o evento contábil de incorporação dos respectivos investimentos

c. Posição do Investimento na Aquisição

Empresa	Patrimônio Líquido total	Percentual de Participação	Investimento	Ágio Gerado na Transação	Mais Valia	31/12/2023
SCM	35.335	80%	28.268	19.559	1.934	49.761

A Administração realizou, no exercício de 2023 análise da recuperabilidade do montante de ágio registrado na aquisição de participação de investimento utilizando WACC (Custo Médio Ponderado deCapital) 13% ao ano e não foi identificada necessidade de constituição de provisão para redução do valor contabilizado.

A metodologia utilizada para definir a rentabilidade da Companhia como sendo seu valor operacional, compreendeu o valor descontado do fluxo de caixa líquido futuro. Esse fluxo é composto pelo lucro líquido após os impostos, acrescidos dos itens não caixa (depreciação e amortização) e deduzidos dos investimentos em ativos operacionais.

O período projetivo operacional do fluxo de caixa líquido é determinado levando-se em consideração o tempo que a Companhia levará para apresentar uma atividade operacional estável, ou seja, sem variação operacional julgada relevante. O fluxo é trazido ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto, que irá refletir o risco associado ao mercado

11 Imobilizado

a. Controladora

	Taxa Deprec.	Taxa					2023
		2022	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação	
Móveis e utensílios	10%	513	73	(7)	-	(70)	509
Veículos	20%	110	-	-	-	(36)	74
Máquinas e equipamentos	33%	59.524	40.257	(9.317)	(176)	(21.799)	68.489
Mais/menos valia	25%	-	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	20%	942	160	-	176	(312)	966
Instalações	10%	1.763	73	-	39	(476)	1.399
Imobilizado em curso	-	39	3.377	(3.061)	(39)	-	316
		62.891	43.941	(12.385)	-	(22.693)	71.753

	Taxa Deprec.	Taxa					Depreciação	2022
		2021	Adições	Baixas	Transferencias			
Móveis e utensílios	10%	262	310	-	-	-	(59)	513
Veículos	20%	147	-	-	-	-	(37)	110
Máquinas e equipamentos	33%	30.603	52.568	(7.450)	(346)	(15.851)		59.524
Mais/menos valia	25%	-	-	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	20%	403	410	-	346	(217)		942
Instalações	10%	197	68	-	1.619	(121)		1.763
Imobilizado em curso	-	-	1.658	-	(1.619)	-		39
		31.612	55.014	(7.450)	-	(16.285)		62.891

b. Consolidado

	Taxa Deprec.	Taxa					Depreciação	2023
		2022	Adições	Incorporada	Baixas	Transferencias		
Móveis e utensílios	10%	577	141	-	(7)	-	(84)	627
Veículos	20%	115	-	-	-	-	(41)	74
Máquinas e equipamentos	33%	79.717	59.359	-	(9.613)	(176)	(30.759)	98.529
Máquinas e equipamentos em locação	10%	8.244	-	-	-	-	(5.565)	2.679
Computadores e periféricos	20%	1.654	166	-	3	176	(480)	1.519
Instalações	10%	1.763	73	-	-	39	(476)	1.399
Mais/menos valia	-	1.934	-	-	-	-	-	1.934
Imobilizado em curso	-	88	3.377	-	(3.061)	(39)	-	365
		94.092	63.116	-	(12.677)	-	(37.405)	107.126

	Taxa Deprec.	Taxa					Depreciação	2022
		2021	Adições	Incorporada	Baixas	Transferencias		
Móveis e utensílios	10%	326	310	-	-	-	(59)	577
Veículos	20%	168	-	-	-	-	(53)	115
Máquinas e equipamentos	33%	36.061	71.840	7.686	(7.966)	(346)	(27.558)	79.717
Máquinas e equipamentos em locação	10%	-	-	14.292	-	-	(6.048)	8.244
Computadores e periféricos	20%	410	1.217	-	-	346	(319)	1.654
Instalações	10%	197	68	-	-	1.619	(121)	1.763
Mais/menos valia	-	-	1.934	-	-	-	-	1.934
Imobilizado em curso	-	-	1.707	-	-	(1.619)	-	88
		37.162	77.076	21.978	(7.966)	-	(34.158)	94.092

A aquisição de máquinas e equipamentos são para a atividade fim da Companhia Por determinação da administração a Companhia avaliou as taxas de depreciação similares as taxas aplicadas pela legislação fiscal.

c. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos ou ainda quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, conforme previsto no CPC 01.

12 Intangível

a. Controladora

	Taxa Deprec.	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 2023
Carteiras de clientes	10% a 30%	2.006	-	-	(1.214)	-	792
Softwares	20%	9.455	6.970	(41)	(1.387)	-	14.997
Ágio aquisição de investimentos	-	31.458	-	-	-	-	31.458
		42.919	6.970	(41)	(2.601)	-	47.247

	Taxa Deprec.	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 2022
Carteiras de clientes	10% a 30%	4.490	-	-	(2.484)	-	2.006
Softwares	20%	5.406	5.011	-	(962)	-	9.455
Ágio aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	31.458	31.458
		9.896	5.011	-	(3.446)	31.458	42.919

b. Consolidado

	Taxa Deprec.	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 2023
Carteiras de clientes	10% a 30%	3.583	-	-	(1.917)	1.666
Softwares	20%	9.629	7.073	(41)	(1.412)	15.249
Ágio aquisição de investimentos	-	51.679	-	-	-	51.679
		64.891	7.073	(41)	(3.330)	68.593

	Taxa Deprec.	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 2022
Carteiras de clientes	10% a 30%	6.770	-	-	(3.187)	3.583
Softwares	20%	5.453	5.159	-	(983)	9.629
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-
Ágio aquisição de investimentos	-	32.120	19.559	-	-	51.679
		44.343	24.718	-	(4.170)	64.891

Para atribuição de valor ao intangível da carteira de clientes foi utilizado o valor presente líquido do resultado futuro projetado sobre os contratos existentes à época da aquisição, no montante líquido de R\$ 1.666 (R\$ 3.583 em 2022), amortizado no prazo definido em laudo efetuado por empresa especializada.

- (a) Para os valores referentes ao ágio de investimentos foi realizado teste de *impairment*, quenão apurou ajuste a ser realizado.

- (b) O ágio no montante de R\$ 51.679 está representado por R\$ 28.240 referentes ao ágio na aquisição da Laranjeiras Participações, em 2014; R\$ 3.218 referentes ao ágio na aquisição da Solution Automação, em 2019; R\$ 662, da Bird Solution, em 2020; e R\$ 19.559 na aquisição da SCM em fevereiro 2022.

13 Fornecedores

Essa conta refere-se à aquisição de máquinas e equipamentos de terceiros e demais insumos necessários para atender à atividade da Companhia, saldo em 31 de dezembro de 2023 consolidado de R\$ 9.335 (R\$ 12.304 em 2022) e controladora de R\$ 6.873 (R\$ 8.753 em 202)

14 Empréstimos e financiamentos

Empresa/Credor		Vencimento	Taxa anuais	2022	Capt.	Amort	IOF	Jrs Pago	Jrs Prov.	Tarifa	2023
Office Total S/A											
Banco do Brasil	(b)	26/02/2023	CDI + 3%	1.461	-	(1.429)	-	(88)	56	-	-
Banco do Brasil - Debentures	(c)	25/11/2027	CDI + 2.3%	101.567	-	(26.029)	-	-	14.801	-	90.339
Banco Bradesco	(a)	19/07/2025	0,1092	626	-	(245)	2	(56)	110	-	438
Banco Bradesco	(a)	30/08/2025	0,1245	575	-	(202)	2	(58)	98	-	415
Banco Bradesco	(a)	28/09/2025	0,1308	1.591	-	(584)	6	(151)	288	-	1.151
Banco Bradesco	(a)	16/11/2025	0,1482	1.772	-	(600)	7	(194)	351	-	1.336
Banco Bradesco	(a)	03/12/2025	0,1539	2.797	-	(2.767)	61	(253)	161	-	-
Banco Bradesco	(a)	30/12/2025	0,1553	1.448	-	(1.409)	31	(113)	43	-	-
Banco Bradesco	(a)	21/01/2026	0,155264	322	-	(320)	5	(23)	15	-	-
Banco Bradesco	(a)	09/02/2026	0,160755	96	-	(96)	2	(7)	5	-	(1)
Banco Santander	(a)	15/10/2026	CDI + 4,6%	846	-	(748)	-	(119)	21	-	-
Banco Santander	(a)	09/12/2026	0,1498	70	-	(17)	-	(8)	17	-	62
Banco Santander	(a)	28/12/2026	0,1498	256	-	(64)	1	(28)	58	-	223
Banco Santander	(d)	03/11/2026	CDI + 2,55%	-	15.000	-	-	-	245	-	15.245
Banco Itaú	(g)	29/09/2025	CDI + 0,22%	21.099	-	(6.612)	-	-	966	31	15.484
(-) Diferimento custo de captação BB				(1.250)	(335)	393	-	-	-	-	(1.193)
				133.277	14.665	(40.730)	118	(1.098)	17.236	31	123.507
BIRD											
Banco Santander	(a)	5-dez-23	CDI + 3,04%	1.277	-	(1.399)	-	-	122	-	-
Sub-Total				1.277	-	(1.399)	-	-	122	-	-
Total Consolidado				134.554	14.665	(42.129)	118	(1.098)	17.358	31	123.507

Office Total S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Empresa/Credor		Vencimento	Taxa anuais	2021	Capt.	Amort	IOF	Jrs Pago	Jrs Prov.	Tarifa	2022
Office Total S/A											
Banco do Brasil	(b)	20/09/2022	CDI + 3%	5.342	-	(5.200)	-	(619)	477	-	-
Banco do Brasil	(c)	26/02/2023	CDI + 3%	5.191	-	(3.800)	-	(353)	423	-	1.461
Banco do Brasil - Debentures	(f)	25/11/2027	CDI + 2.3%	-	100.000	-	-	-	1.567	-	101.567
Banco Bradesco	(d)	28/02/2022	CDI + 3,4%	138	-	(138)	-	-	-	-	-
Banco Bradesco	(a)	19/07/2025	0,1092	862	-	(250)	4	(51)	61	-	626
Banco Bradesco	(a)	30/08/2025	0,1245	745	-	(190)	4	(48)	65	-	575
Banco Bradesco	(a)	28/09/2025	0,1308	2.142	-	(584)	13	(151)	171	-	1.591
Banco Bradesco	(a)	16/11/2025	0,1482	2.252	-	(500)	13	(162)	169	-	1.772
Banco Bradesco	(a)	03/12/2025	0,1539	3.459	-	(703)	20	(221)	242	-	2.797
Banco Bradesco	(a)	30/12/2025	0,1553	1.761	-	(352)	10	(120)	148	-	1.448
Banco Bradesco	(a)	21/01/2026	0,155264	-	389	(69)	2	(23)	24	-	322
Banco Bradesco	(a)	09/02/2026	0,160755	-	114	(18)	0	(7)	6	-	96
Banco Santander	(a)	15/10/2026	CDI + 4,6%	934	-	(183)	-	(45)	144	(4)	846
Banco Santander	(a)	09/12/2026	0,1498	87	-	(19)	0	(7)	8	-	70
Banco Santander	(a)	28/12/2026	0,1498	318	-	(66)	1	(26)	28	-	256
CEF	(e)	02/07/2024	CDI + 2,55%	14.188	-	(14.272)	-	(1.213)	1.298	-	-
Banco Itaú	(g)	29/09/2025	CDI + 0,22%	-	21.028	-	-	-	157	(86)	21.099
(-) Diferimento custo de captação BB				(193)	(1.241)	184	-	-	-	-	(1.250)
BIRD				37.226	120.290	(26.161)	69	(3.045)	4.989	(90)	133.277
Banco Santander	(h)	05/12/2023	CDI + 3,04%	2.559	-	(1.272)	-	(298)	288	-	1.277
Sub-Total				2.559	-	(1.272)	-	-	288	-	1.277
Total Consolidado				39.785	120.290	(27.433)	69	(3.045)	5.277	(90)	134.554

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante	25.992	12.814	25.992	14.091
Não circulante	97.515	120.463	97.515	120.463
	123.507	133.277	123.507	134.554

- (a) O referido empréstimo fora captado para financiar a aquisição de equipamentos, tendo garantia os próprios equipamentos financiados.
- (b) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis + 51% das ações OT e *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA (2.5x): 2019 e (2.5x) de 2020 até 2023.
- (c) Garantia de 5% do saldo devedor em recebíveis + *covenants* referentes à Net Debt/EBITDA de até 3,0x.
- (d) Garantia de 20% do saldo devedor em recebíveis.

Conforme mencionado na letra (c), a Companhia possui *covenants* referente a emissão de debêntures igual a Dívida Financeira Líquida/EBITDA. Para fins do disposto nesse item, entende-se por:

Dívida Financeira Líquida: significa o valor resultante da soma de (i) dívidas com instituições financeiras, (ii) títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (iii) mútuos; (iv) *leasings*, (v) saldo líquido de operações de derivativos (se negativo), e (2) da subtração de disponibilidade de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras equivalentes e saldo líquido de operações de derivativos (caso positivo); e

b) “EBITDA”: (+/-) Lucro/Prejuízo Líquido; (+/-) Despesa/Receita Financeira Líquida; (+) Provisão para IRPJ e CSLL; (+) Depreciações, Amortizações e Exaustões; (+/-) Perdas/Lucros resultantes de Equivalência Patrimonial (ou Dividendos Recebidos) e (+/-) resultado não operacional ou não recorrente. Em caso de aquisições ou novos contratos adquiridos ao longo dos últimos 12 (doze) meses que não estejam integralmente consolidados nas demonstrações financeiras anuais, o cálculo do EBITDA será proforma considerando os 12 (doze) meses integrais de operação de tal aquisição ou contrato.

Para 2023, a Dívida líquida/EBITDA encerrou em 2,05.

15 Arrendamentos

O CPC 06 R2 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento referente à locação de imóveis e veículos utilizados na operação, assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	4.407	1.822	4.407	1.822
Adições	7.085	3.942	7.613	3.942
Outros	-	4	-	4
(-) Depreciação no período	(2.767)	(1.361)	(3.003)	(1.361)
Saldo final	8.725	4.407	9.017	4.407

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo				
Arrendamentos a Pagar				
Circulante	8.854	3.964	9.146	3.964
Não Circulante	-	603	-	603
	8.854	4.567	9.146	4.567

(-) Depreciação Acumulada:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	(2.404)	(1.107)	(2.404)	(1.107)
Adições	(2.767)	(1.361)	(3.003)	(1.361)
Baixas	(190)	64	(250)	64
Saldo final	(5.361)	(2.404)	(5.657)	(2.404)

(-) Juros a apropriar:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	(421)	(74)	(421)	(74)
Adições	(675)	(347)	(744)	(347)
Baixas	-	-	-	-
Saldo final	(1.096)	(421)	(1.165)	(421)

Trazidos ao valor presente pela taxa média dos financiamentos (CDI + 0,32% a.a.).

16 Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	730	-	1.017	31
IRRF S/ SALÁRIOS	448	604	565	764
INSS a recolher	537	476	711	676
FGTS a recolher	165	-	214	43
Pensão alimentícia	12	-	14	-
Participação nos lucros e resultados	472	2.895	599	3.286
Provisão de férias e 13o. Salário	2.332	2.620	2.981	3.484
Outras obrigações trabalhistas a pagar	17	14	17	14
	4.712	6.609	6.119	8.298

Valor da participação dos lucros e resultados na DRE é de (3.367) em 2023, (3.860) em 2022, na Controladora e (4.426) em 2023, (3.716) em 2022, no Consolidado.

17 Impostos a pagar

17.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ a pagar	-	-	523	540
CSLL a pagar	-	-	798	206
	-	-	1.321	746

17.2 Demais impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS a pagar	28	25	32	27
ICMS a pagar	252	62	649	150
Retidos de terceiros a pagar	14	7	17	11
COFINS s/ faturamento a pagar	-	-	156	37
PIS s/ faturamento a pagar	-	-	31	5
PIS/COFINS/CSLL a pagar	28	18	33	25
Parcelamentos impostos (a)	2.826	4.073	3.335	4.788
Impostos diferidos passivos	-	-	-	-
	3.149	4.185	4.253	5.043

(a) Referem-se a parcelamentos de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS). Eles estão sendo liquidados mensalmente.

Circulante	1.973	1.763	2.857	2.194
Não circulante	1.176	2.422	1.396	2.849

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento de clientes	20	632	29	652
Demais contas a pagar	-	-	181	-
	20	632	210	652

19 Provisões para contingências

A Companhia é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

19.1 Movimentação das contingências prováveis da Entidade

CONTROLADORA

	2022	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2023
Processos Trabalhistas	236	-	(236)	-	-	-
Processos Tributário	26	-	(26)	-	-	-
Processos Cíveis	960	-	-	-	(960)	-
	1.222	-	(262)	-	(960)	-

CONSOLIDADO

	2022	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2023
Processos Trabalhistas	236	15	(236)	-	-	15
Processos Tributário	26	-	(26)	-	-	-
Processos Cíveis	960	-	-	-	(960)	-
	1.222	15	(262)	-	(960)	15

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

19.2 Contingências possíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

Processos Natureza

Trabalhista	Reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) que se encontram na esfera judicial. O montante de R\$ 1.943 relativos a processos trabalhistas com probabilidade de perda possível.
--------------------	---

Cíveis	A Companhia possui o montante de R\$ 143 (R\$ 755 em 2022) relativos a processos cíveis com probabilidade de perda possível, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2023, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.
---------------	---

20 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O montante de R\$ 566 (R\$ 1.219 em 2022), registrado como imposto de renda e contribuição social diferido foi apurado decorrente da combinação de negócio oriunda da compra do grupo econômico, referente à carteira de clientes

Durante o ano de 2023 o saldo apresentou a seguinte movimentação:

Descrição	Prazo (anos)	Prazo (meses)	Base diferido	Impostos diferidos	Despesa de 2023	Despesa de 2022
Carteira de clientes - OT	10	120	7.870	268	(268)	(261)
Mais valia - Solution	3,83	45,96	3.368	-	-	(292)
Menos valia - DOC Provider	2,83	33,96	(234)	-	-	28
Carteira de clientes - Solution	3,83	45,96	5.087	299	(385)	(442)
Carteira de clientes - DOC	2,83	33,96	1.003	-	-	(118)
			17.094	566	(652)	(1.084)

(*) Os prazos estabelecidos estão devidamente suportados pelos laudos de alocação do preço de compra das combinações de negócios.

21 Contas a pagar por aquisição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aquisição da BIRD	-	-	228	5.711
Aquisição da DOC Solution	-	14.585	-	14.585
Aquisição da SCM	27.587	24.304	27.587	24.304
	27.587	38.889	27.815	44.600

- (a) Em março de 2019, a Companhia adquiriu 100% da Docprovider e da Solution Automação, incorporadas em setembro 2019, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 14.585 (R\$ 12.974 em 2021), que será liquidado parte em fevereiro 2023 e o saldo em novembro 2023, atualizado pela taxa CDI.
- (b) Em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 80% da Bird Solution, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 5.712), que será liquidado em dezembro 2023, atualizado pela taxa CDI.
- (c) Em fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu 80% da SCM Participações, sendo parte do pagamento efetuado à vista e restando um saldo a pagar de R\$ 27.587, que será liquidado em cinco anos, atualizado pela taxa CDI.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social de R\$ 69.203 é representado por 46.313.851 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal e de R\$ 69.203 representado por 46.313.851 ações em 2022.

22.2 Prejuízo / Lucros acumulados

A Companhia possui prejuízo acumulados até 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.060 e lucros acumulados R\$ 2.113 em 2022.

23 Receita operacional, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas				
Receita de locação	105.843	101.202	173.428	167.394
Receita de vendas	5.050	8.864	5.008	2.510
Receita de serviços	7.532	6.171	10.349	9.080
	118.425	116.237	188.785	178.984
Deduções de vendas				
Dedução da receita bruta	(591)	(172)	(790)	(184)
Impostos s/ vendas e serviços	(9.528)	(4.461)	(12.640)	(5.959)
	(10.119)	(4.633)	(13.430)	(6.143)
	108.306	111.604	175.355	172.841

(*) Composto pelos seguintes impostos por ISS, ICMS, PIS e COFINS

(a) O crescimento da receita de locação da Companhia ocorreu substancialmente pelo crescimento da base de clientes, bem como, a aplicação dos reajustes previstos nos contratos de locação atrelados a indicadores como IGPM e IPCA.

24 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo - Suprimentos	(2.485)	(22.454)	(2.346)	(21.914)
Custo - Salários, encargos e benefícios	(19.537)	(14.710)	(19.537)	(14.710)
Custo - Depreciação de máquinas de locação	(21.799)	(15.851)	(21.799)	(27.558)
Custo - Peças	(22.980)	(1.896)	(30.172)	(1.928)
	<u>(66.802)</u>	<u>(54.911)</u>	<u>(73.853)</u>	<u>(66.110)</u>

No ano de 2022, a empresa ainda estava impactada pela pandemia, o que resultou no volume ainda baixo de envio de suprimentos ocasionando em custos menores devido às restrições decorrentes da COVID-19. Em 2023 voltamos nos níveis normais de envio de suprimentos aumentando o custo.

25 Despesa gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2.023	2.022	2.023	2.022
Despesas - Salários	2.774	(2.933)	(7.145)	(11.257)
Despesas - Benefícios	(5.847)	(3.478)	(8.356)	(5.078)
Despesas - Encargos Sociais	(5.744)	(4.821)	(7.848)	(6.592)
Despesas - Concessionárias de serviços públicos	(1.721)	(1.300)	(1.924)	(1.493)
Despesas - Alugueis	(1.673)	(1.601)	(2.307)	(1.780)
Despesas - Despesas comerciais	(19)	(1.493)	(42)	(1.766)
Despesas - Serviços de terceiros	(11.369)	(8.031)	(15.872)	(12.130)
Despesas - Impostos e taxas	(564)	(410)	(812)	(487)
Despesas - Depreciação e amortização	(6.263)	(5.240)	(21.936)	(7.292)
Despesas - fretes e carretos	(2.464)	(2.966)	(3.284)	(3.785)
Despesas - Viagens	(822)	(824)	(893)	(908)
Despesas - Eventos	(765)	(148)	(765)	(155)
Despesas - Outras	(2.070)	(1.819)	(3.331)	(3.727)
	<u>(36.548)</u>	<u>(35.064)</u>	<u>(74.514)</u>	<u>(56.450)</u>

(a) As despesas comerciais são referentes aos gastos incorridos no processo de prospecção de novos clientes.

26 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Créditos de PIS e COFINS	1.152	1.528	1.152	1.627
Venda de máquinas e equipamentos	733	1.981	1.031	1.963
Perda de títulos a receber	(384)	(116)	(757)	(143)
Baixa de estoque obsolescência ou validade	(386)	(1.373)	(305)	(1.373)
Reversões de provisões para perda de estoque e títulos a receber	(4.896)	(1.647)	(5.624)	(1.722)
Reversões de provisão para contingências	1.222	0	1.207	0
Despesas e receitas operacionais	(4.463)	77	(5.849)	80
	<u>(7.021)</u>	<u>450</u>	<u>(9.146)</u>	<u>432</u>

- (a) Representam os ganhos de capital na venda de bens do ativo imobilizado, incluindo a venda de máquinas e equipamentos utilizados em locação, partes, peças e demais equipamentos.

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(446)	(542)	(660)	(648)
Juros s/ empréstimos bancários	(17.236)	(9.340)	(17.023)	(9.628)
Variação cambial	(4.144)	0	(4.876)	0
Juros passivos	0	(444)	0	(525)
Outras despesas financeiras	(1.789)	(6.244)	(2.367)	(7.236)
	<u>(23.616)</u>	<u>(16.570)</u>	<u>(24.926)</u>	<u>(18.037)</u>
Receita financeira				
Descontos obtidos	195	324	196	326
Juros s/ duplicatas	436	558	466	592
Outras receitas financeiras	1.956	2.256	3.797	2.407
	<u>2.587</u>	<u>3.138</u>	<u>4.459</u>	<u>3.325</u>
	<u>(21.029)</u>	<u>(13.432)</u>	<u>(20.467)</u>	<u>(14.712)</u>

28 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A provisão para Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e para Contribuição Social sobre o Lucro líquido é apurada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente.

	Controladora				Consolidado			
	%	2023	%	2022	%	2023	%	2022
Lucro antes do Imposto de Renda e da CSLL		(12.020)		23.500		(6.340)		31.575
Base IRPJ/CSLL (alíquota atual)		34%		34%		34%		34%
Valor apurado antes das adições/exclusões	(0,34)	4.087	(0,34)	(7.990)	(0,34)	2.156	(0,34)	(10.736)
Adições	(1,66)	23.515	0,26	6.208	(4,19)	25.535	0,21	6.678
Exclusões	2,63	(31.614)	(1,04)	(24.542)	5,26	(32.017)	(0,78)	(24.924)
(=) Base de cálculo da contribuição social		(4.012)		(26.324)		(4.326)		(28.982)
(=) Total - imposto de renda e Contribuição Social devida		(413)		(844)		(2.484)		(4.241)
Imposto de Renda e CSLL Corrente		-		-		(1.831)		(3.157)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		(413)		(844)		(652)		(1.084)
Alíquota Efetiva	(2,92)		3,59		(40,78)		13,43	

As declarações de Imposto de Renda apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição.

Em razão da adesão ao PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas das atividades de eventos da Companhia.

Impostos diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos (“Impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

A provisão para IRPJ e CSLL é apurada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, tendo sido utilizado o regime de lucro presumido até 31 de julho de 2014 e, após esse período, utilizado o regime de lucro real.

29 Instrumentos financeiros análise de sensibilidade

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito
- (b) Risco de liquidez
- (c) Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Controladoria da Companhia supervisiona e monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de risco e revisa a estrutura de risco determinada.

	2023		2023	
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	9.058	9.058	15.196	15.196
Contas a receber de clientes	20.225	20.225	29.318	29.318
Partes relacionadas - ANC	2.264	2.264	-	-
Outros valores a receber e outros ativos	4.844	4.844	5.362	5.362
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	6.873	6.873	9.335	9.335
Empréstimos e financiamentos	123.507	123.507	123.507	123.507
Arrendamentos a pagar	8.854	8.854	9.146	9.146
Outras contas a pagar	27.607	27.607	28.025	28.025
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Operações com partes relacionadas	19.877	19.877	223	223

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente ao ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive nadata da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a classificação por nível hierárquico apresenta-se no Nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para esse mesmo período.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes, financiamentos e caixa e equivalente de caixa. Historicamente, a Companhia não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus clientes.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência além dos montantes provisionados para essas contrapartes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é o de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Na tabela abaixo está demonstrado o fluxo de vencimentos dos passivos financeiros:

Controladora	De um a três meses	De três meses a um ano	De um ano a três anos	Após três anos	Total
Fornecedores	6.478	395	-	-	6.873
Empréstimos e financiamentos	9.543	28.636	85.327	-	123.507
Arrendamentos a pagar	4.107	1.667	3.080	-	8.854
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Outros contas a pagar	20	-	27.587	-	27.607
Operações com partes relacionadas	-	-	19.877	-	19.877

Consolidado	De um a três meses	De três meses a um ano	De um ano a três anos	Após três anos	Total
Fornecedores	8.876	459	-	-	9.335
Empréstimos e financiamentos	9.543	28.636	85.327	-	123.507
Arrendamentos a pagar	4.399	1.667	3.080	-	9.146
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-
Outros contas a pagar	438	-	27.587	-	28.025
Operações com partes relacionadas	-	-	223	-	223

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos e perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmotempo, aperfeiçoar o retorno.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira. A medianada expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base em 21 de março de 2023, indicavam:

	Taxa efetiva verificada em 2023	Taxa efetiva estimada para 2022
CDI	11,65%	13,65%
IGP-M	-3,18%	5,45%
DÓLAR	4,8413	R\$ 5,2171

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Nota	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Ativos					
Indexador			11,65%	14,56%	17,48%
Aplicações financeiras					
R\$ 11.562	4	CDI	1.347	1.684	2.021
Passivos					
Indexador			11,65%	14,56%	17,48%
Empréstimos					
R\$ 123.507	14	CDI	14.389	17.986	21.583
Arrendamentos					
R\$ 9.146	15	CDI	1.066	1.332	1.598
Contas a pagar por aquisição					
R\$ 27.815	21	CDI	3.240	4.051	4.861

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis, com exceção de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e bancos: estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber de clientes: são classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos: captações no mercado para utilização no capital de giro e fortalecimento financeiro para futuras aquisições.

Outras contas a pagar: decorrem de transações realizadas com terceiros para aquisição de serviços, matérias-primas com preços praticados a valores de mercado.

Derivativos: em 14 de outubro de 2022 a companhia contraiu empréstimo em moeda estrangeira no valor EUR 4.095 com SWAP CDI + 2,55%.

30 Seguros

É política da Administração manter cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.